

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França

On the philosophical historiography in the nineteenth century: its establishment as a discursive genre in France

Guilherme Almeida Ribeiro
Doutorando PPGF-UFRJ

Resumo: Este artigo aborda a constituição da atividade dos historiadores da filosofia na França desde meados do século XIX ao início do século seguinte e o modo como foi recorrentemente debatida a problematidade filosófica quanto a um então novo gênero: a historiografia filosófica.

Palavras-chave: Historiografia filosófica; Filosofia francesa; História da filosofia

Abstract: This article discusses the creation of the activity of the french historians of philosophy since the mid-nineteenth century to the beginning of the next century and how it has been repeatedly debated philosophical problematicity then as a new genre: the philosophical historiography.

Keywords: Philosophical historiography; French philosophy; History of philosophy

Introdução

Dito de modo simplificado, é possível visualizar a tradição filosófica refletindo sobre sua história segundo ao menos dois campos de problematização, traçados por inumeráveis linhas entrecruzadas: um campo marcado pela perspectiva da historicidade e outro, pela perspectiva da historiografia.

De um lado, há uma linhagem que, sobretudo a partir dos séculos XVIII e XIX, pergunta-se pela história da filosofia como o percurso do pensamento ocidental, assim como a reflexão retroativa

acerca do caminho percorrido. Muitas questões, na curvatura crítica de tal perspectiva, fincaram raízes na tradição, recordemo-nos sucintamente: a história da filosofia como sucessão de sistemas seria a história de tentativas mais ou menos parciais que constituem etapas de um caminho em direção cumulativa a um fim que as totalizaria? A história da filosofia seria a história de equívocos sucessivamente corrigidos, em uma marcha teleológica que teria na supressão de si mesma seu motor oculto? Ou, ainda, seria essa história a apresentação de um movimento circular e inesgotável de questionamento que, pela própria atividade filosófica, seria sempre o recomeço de uma *philosophia perennis*?

Por outro lado, abordando a história da filosofia como objeto da historiografia, algumas interrogações por sua vez também fizeram escola: qual o estatuto propriamente filosófico da tarefa assumida pelo historiador e intérprete de textos da história da filosofia? Seria seu lugar o da busca por exatidão e objetividade em relação às intenções do texto original, comprometido, sobretudo, com as exigências de neutralidade hermenêutica? Seria aceitável concordar com Victor Delbos quando afirmava que inúmeros historiadores da filosofia “sob o pretexto de descobrir a significação profunda de uma filosofia [tenham começado] por negligenciar sua significação exata” (DELBOS, 1969, p.1)? Ou, antes, tratar-se-ia, ao contrário, de evitar uma “historiografia da exatidão”, a qual conforme o célebre dito hegeliano culminaria numa “historiografia dos mortos”, onde a exigência de imparcialidade preceitua ao “professor de história da filosofia que ele se comporte como um morto na exposição das filosofias e as trate como algo alheio a seu espírito, como algo exterior” (HEGEL, 2004, p.68).

Delinear algumas rupturas, alianças e redistribuições recorrentes que nos permitam estabelecer linhas de diferenciação no campo historiográfico-filosófico francês de meados do século XIX à primeira metade do século XX: tal será o mote que conduz à investigação colocada neste artigo, de caráter preliminar a desenvolvimentos posteriores. Cumpre observar que a historiografia filosófica francesa estabelece sua força de influência no início do século XX, quando empunhará uma convocação de maior objetividade e vigor propriamente filosóficos na abertura do canal de comunicação com o passado da filosofia – preceito que se impôs internamente aos impasses pelos quais o gênero atravessou durante o século XIX.

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França

Apreciaremos, assim, as linhagens iniciais que compõem o tom do cenário o qual, em pouco mais de um século, nos levará da inflação dos discursos ecléticos – conduzida por Victor Cousin e pelos *historien-philosophes* na maquinaria universitária francesa –, aos pensadores da problematicidade do estatuto filosófico da história da filosofia no século XX (Victor Delbos, Emile Bréhier, Henri Gouhier, Victor Goldschmidt, Ferdinand Alquié, Martial Gueroult, Pierre Aubenque, dentre outros, apenas para citar alguns de ênfase).

Como se dá a gênese de uma “escola” historiográfica, de uma “tradição”? As experiências vividas pela historiografia têm demonstrando que não é somente por meio da adesão, mas, sobretudo, pela disputa e pela deflagração crítica que as ditas escolas ou tradições se instituem e instauram certos regimes (de discurso e de verdade) que não cessam de se diferenciar de si mesmos na trama histórica que lhes dão contorno. Ou seja, através da mobilização de coordenadas de pensamento que escapam, ou ao menos, procuram fugir do *establishment* ao instaurar novos significados que alarguem os horizontes do pensável. Contudo, elas se organizam em torno de agenciamentos instituídos, sobretudo centros de ensino, universidades, departamentos, institutos, associações científicas e grupos de trabalho, brotando quase sempre nas margens para depois se assenhorar dos grandes centros. Como sugerem a respeito Deleuze & Guattari,

Não é em termos de independência, mas de coexistência e de concorrência, num campo perpétuo de interação, que é preciso pensar a exterioridade e a interioridade, as máquinas de guerra de metamorfose e os aparelhos identitários de Estado, os bandos e os reinos, as megamáquinas e os impérios. Um mesmo campo circunscreve sua interioridade em Estados, mas descreve sua exterioridade naquilo que escapa aos Estados ou se erige contra os Estados (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.24).

Iniciaremos nossa abordagem percorrendo a constituição da atividade dos *historien-philosophes* de meados do século XIX e o modo como foi recorrentemente debatida a problematicidade filosófica quanto a um então novo gênero – a historiografia filosófica. Buscamos demonstrar que tal gênero, ao menos em sua formalização inicial pela célebre escola de Victor Cousin, encontrou dificuldades

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França

em se desvincular de um ecletismo muito mais retórico-metodológico do que propriamente filosófico, na medida em que foi se agenciando aos dispositivos de implantação e difusão do ensino de filosofia na França novecentista. Em nossa perspectiva, o ecletismo metodológico de Cousin se caracteriza por uma certa imagem de pensamento inerte e indiferenciada – aquém de uma problematização mais sólida – acerca da história da filosofia: seu objetivo primou por buscar uma certa síntese de “verdades parciais” colhidas nos diversos sistemas filosóficos do cânone tradicional, no sentido de sustentar uma função de transmissão da filosofia nos dispositivos oficiais de difusão.

O ecletismo espiritualista de Victor Cousin e a institucionalização da atividade historiográfico-filosófica

Neste sentido, faz-se essencial frisar que a oficialização e institucionalização do ensino de filosofia na França no século XIX se constituem a reboque de mudanças ritmadas pelo ideário nacionalista pós-1789. Cumpre apontar que na medida em que o ecletismo de Victor Cousin¹ inicialmente instaura a “história da filosofia” como um gênero a ser exaustivamente praticado na França, tanto o pratica em face de tal ideário, quanto pela notabilidade crescente que o século possui nas disciplinas históricas². Explorando as redistribuições recorrentes que percorrem o campo, valemo-nos da lembrança que tal diagnóstico será citado também por Bréhier, em 1936, numa conferência na outrora Universidade do Distrito Federal, como membro da então “Missão Universitária Francesa” no Brasil: “a história da filosofia começou na primeira metade do século passado, quando o método histórico e a preocupação com a evolução invadiram o domínio de todas as ciências do espírito”. (BRÉHIER, 1937, p.6)

Cabe ressaltar que os campos de pesquisa histórica na França amargaram inicialmente um período de timidez resultante de

¹ Cousin foi Ministro da Instrução Pública em 1840, professor da Universidade de Sorbonne de 1815 a 1820, diretor da *École Normale* e reitor da Universidade de Paris. O ecletismo de Cousin foi adotado como ‘filosofia oficial’ de 1830 até 1848 (fim da monarquia constitucional de Luís Filipe), no período de florescimento das ‘filosofias nacionais’. Cf. PAIM, A. As Filosofias Nacionais Londrina: Editora da UEL, 3ª Edição, 2007

² GUÉROULT, 1988, p. 737

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França

tensões da Revolução de 1789 e, a seguir, do despotismo do regime napoleônico, quando muitas obras e documentos foram queimados em praça pública. Contudo, os primórdios da institucionalização de uma escola francesa de historiografia da filosofia coincidem com o advento da universidade napoleônica, quando é estabelecida oficialmente a laicidade do ensino de filosofia³. Algumas dobras se percorrem mutuamente na composição de um novo tecido, isto é, do limiar de positividade e formalização da história da filosofia enquanto atividade intensamente praticada no período: a profissionalização crescente da filosofia na cena universitária francesa e o apelo político e pedagógico por uma normatização da atividade fornecem a tessitura ao ecletismo espiritualista de Victor Cousin, que compreende os sistemas filosóficos como manifestações parciais de uma verdade única e ampla, sendo cada sistema compreendido como um aspecto incompleto de quatro possibilidades gerais: sensualismo, idealismo, ceticismo e misticismo. Considerando a filosofia como disciplina suprema, Cousin irá entender a história da filosofia como a mais elevada de todas as histórias. Conforme veremos – cumpre advertir desde já –, a identidade entre a filosofia e sua história, no regime de verdades vigente no ecletismo da ‘escola de Cousin’, apenas superficialmente nos remete a marcante identificação entre história da filosofia e filosofia da história, tal como desenvolvida por Hegel.

É digna de nota que no exame das redistribuições recorrentes que pautam a história da história da filosofia na França, por inúmeras ocasiões será reativada com certa perplexidade uma interrogação envolvendo a influência da “escola de Cousin”, a saber: como compreender, em sua heterogeneidade constitutiva, a trama que possibilitou a Cousin, nunca reconhecido como um ‘grande filósofo’, figurar como um decisivo elemento de um dispositivo teórico, cultural e político que fundou a historiografia-filosófica francesa, e além disso, agenciando-a ao ensino de filosofia na França⁴?

Em sua *Histoire de l'histoire de la philosophie – en France, de Condorcet à nos jours*, Guérout afirmará, por exemplo, que “por opinião unânime, Cousin fez duas coisas em filosofia, fundou na França a história da filosofia e relevou e defendeu durante

³ MARQUES, 2007, p.37

⁴ Cf. DOUAILLER, S. *La philosophie saisie par l'état: petits écrits sur l'enseignement philosophique en France (1789/1900)* Paris: Aubier, 1988

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França

cinquenta anos com uma energia inflexível a ideia espiritualista” (GUÉROULT, 1979, p.741-2. tradução do autor.). À guisa de exemplo de tal ativismo, será por influência direta de Cousin que em 11 de setembro de 1830 o Conselho Real de Instrução Pública determinará que:

Considerando (...) que a história da filosofia, tão útil à própria filosofia, não ocupa lugar suficiente nas provas desse concurso, estabelece o seguinte (...) 1ª prova (composição)- Os concorrentes comporão duas dissertações em francês, uma sobre um ponto de filosofia, outra sobre um ponto de história da filosofia. 2ª prova (argumentação) Os concorrentes sustentarão, uma após a outra, teses em francês sobre um ponto de filosofia ou de história de filosofia. (COUSIN, 1850, p.403 apud MARQUES, 2007, p.39)

A consolidação da premissa maior da laicidade no ensino de filosofia em meados do século XIX não implica numa modificação essencial do dispositivo, nem a imagem de pensamento a ele coadunada. De acordo com Claude Bernard, “ela não mudou, pois, os métodos da religião. Os estudantes de filosofia, por exemplo, nos colégios de Paris, estão dispensados de seguir os cursos de matemática elementar, mas os estudantes de matemática não estão de maneira nenhuma dispensados de assistir às conferências semanais de filosofia (portaria de 21 de fevereiro de 1840)” (BERNARD, 1990, p.30)

Segundo Portarias regulamentadoras, instituídas por Cousin investido no cargo de Ministro da Instrução Pública, os aspirantes ao grau de bacharel e aos concursos de agregação deverão obrigatoriamente responder questões que privilegiam o método eclético de reprodução da história da filosofia: “*que método é preciso aplicar ao estudo da história da filosofia?*”, “*em que medida a história da filosofia deve intervir no estudo da filosofia?*”, “*que vantagens podem ser retiradas da história da filosofia para a própria filosofia?*” (COUSIN, 1850, p.450 apud MARQUES, 2007, p.41)

Segundo Émile Boutroux, os professores de filosofia eram chamados por Cousin de “seu regimento”⁵. Efetivamente, as três cátedras de filosofia da Sorbonne, a cátedra do Collège de France, as

⁵ BOUTROUX, 1927, p.5 apud MARQUES, 2007, p.43

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França

duas cátedras da École Normale, todas as cátedras de filosofia dos 50 liceus franceses, além de 104 outras instituições são então obrigados a seguir o programa de Cousin. Do ponto de vista filosófico (em verdade, metodológico), Cousin afirmava que a filosofia francesa deveria ser guiada pelo ecletismo, fazendo-a convergir através da história da filosofia. Contudo, ao estabelecer que a historiografia filosófica tivesse seu *télos* na ideia de tolerância, o horizonte do dispositivo eclético se confundia com a história política então recente, como enfatizaria Paul Janet: o ecletismo de Cousin “não é senão o mais largo ideal do liberalismo”⁶. O sistema filosófico resultante torna-se uma espécie de parlamento representativo e democrático do espectro de doutrinas, escolas e sistemas abordados. Constituído-se um exemplo quase caricato da advertência de Deleuze, citada em nossa introdução, quanto às possibilidades do discurso filosófico devir a língua oficial de um Estado puro, o ecletismo de Cousin apreendido na função de instaurador de discursividades realiza uma antítese perfeita da ideia de extemporaneidade em história da filosofia: a rigor, demonstra em que consiste uma filosofia “do seu tempo”.

A proposta do ecletismo cousiniano no âmbito da historiografia filosófica – uma história da filosofia que sirva de intermediária às verdades parciais de uma multiplicidade de sistemas e devidamente conjugadas em um todo harmonioso segundo os critérios do ‘bom senso’ e da ‘boa vontade’ – terá um longo desenvolvimento no campo da historiografia francesa enquanto atividade propedêutica de formação. Caudatária de uma “filosofia do meio-termo”, em suas piores consequências o dispositivo eclético teria se confundido com um mercado de mediocridades a servir a avidez de uma classe industrial nascente com uma retórica conciliadora que lhe permitisse acesso aos centros de poder político e administrativo – diagnóstico compartilhado por alguns de seus contemporâneos como Stendhal e Jean Ferrari⁷ –, não se pondo a questão de uma argumentação mais consistente que viesse a pensar por que as ‘verdades’ filosóficas seriam parciais, ou mesmo a razão de sua veracidade interna, limitando-se a elevar a tolerância a título de princípio. Quanto a este

⁶ Idem.

⁷ Cf. DOUAILLER, S. *La philosophie saisie par l'état: petits écrits sur l'enseignement philosophique en France (1789/1900)* Paris: Aubier, 1988 & FERRARI, J. *Les philosophes salariés* Genève: Slaktine, 1980 (reimpressão, original de 1849).

seu aspecto irrefletido, é fundamental, portanto, destacar o papel que a psicologia espiritualista e metafísica – em pleno apogeu na França do século XIX – irá ocupar na fundamentação do método de conciliação das verdades parciais dos sistemas. É neste sentido que Théodore Jouffroy, aluno e sucessor de Victor Cousin na École Normale Supérieure, recusará o ecletismo de seu mestre, mas não deixará de recolocar suas conseqüências nas bases de um outro saber: o método histórico seria incompleto diante da preeminência de um “método psicológico”, o qual visaria reencontrar na história dos sistemas as mesmas leis do espírito que se estuda através da observação dos fatos internos.

História da filosofia e psicologismo metafísico

O agenciamento entre a “história da filosofia” e a “psicologia metafísica”, na segunda metade do século XIX, implicou numa visada conciliadora dos sistemas filosóficos, sendo estes compreendidos como expressão das “leis do espírito” ou ainda “leis do desenvolvimento intelectual da humanidade”. A história da filosofia se tornou, nesta que se constituiu uma das tendências historiográfico-filosóficas determinantes na França, uma espécie de contraface objetiva da psicologia espiritualista e metafísica que se desenvolveu no cenário acadêmico francês do século XIX, notadamente entre 1850 e 1890, e que vai aproximar nomes e percursos tão heterogêneos como Ravaisson, Henri Bergson e Théodule Ribot, cada qual configurando singularidades próprias na correspondência ao que tal agenciamento tem de problemático. É digna de realce, como sintetiza a respeito Ubirajara Marques, a constatação que o intercâmbio recíproco entre filosofia, psicologia e história da filosofia irá determinar a perspectiva da qual, ao menos em parte, resulta a gênese da escola francesa de historiografia da filosofia, prenhe da índole espiritualista dominante na filosofia francesa do século XIX⁸. Tal proximidade com a psicologia espiritualista nos ajuda a esclarecer o equívoco de qualquer expectativa que almeje assimilar a escola de Cousin à concepção hegeliana da história da filosofia. Conforme bem observa Gueroult a respeito, “esse sistema (o

⁸ MARQUES, 2007, 94

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França

espiritualismo) não tem nada em comum com o sistema de Hegel ou com o de Schelling” (GUÉROULT, 1979, p.716. tradução do autor), na medida em que nele não se encontra qualquer especulação no sentido da identidade entre síntese lógica e devir histórico. Pode-se afirmar que se trata de uma visada antes analítica do que sintético e antes indutiva que dedutiva⁹.

O liame que une os sistemas filosóficos no caso da escola de Cousin reside quase exclusivamente em uma observação psicológica *a posteriori*, em nada comum, no que tange a sua noologia, a um sistema como o hegeliano que deduz a sucessão dos sistemas a partir de um princípio *a priori*: espírito sistemático sem espírito de sistema. Acenando a uma sistematicidade apenas instrumental, a Imagem de pensamento que dita seu ritmo apoia-se invariavelmente na imagem da reconhecimento de um já-pensado:

A filosofia está toda feita, pois o pensamento do homem lá está. Não há e não pode nunca haver aí filosofia absolutamente falsa; pois o autor de semelhante filosofia deveria ter-se colocado fora de seu próprio pensamento, ou seja, fora da humanidade. Essa possibilidade não foi dada a nenhum homem¹⁰(COUSIN, 1840, p. 303 *apud* MARQUES, 2007, p.60)

Para François Châtelet, o ecletismo se tornou não somente uma referência privilegiada da origem moderna da história da filosofia na França, mas também um dispositivo que exprimiu os desdobramentos conformistas de uma “filosofia oficial”: “formar bons funcionários, bons pais de família, bons cidadãos, capazes de apreciar as manifestações artísticas e promover melhorias sociais razoáveis” (CHÂTELET, 1970, p.176. tradução do autor).

Não obstante as críticas muito conhecidas, que exalam o ar de polêmicas datadas e soterradas pela história, cumpre recordar aqui a avaliação de Guérault quanto à influência e penetração do método eclético de Victor Cousin nas instituições de transmissão e ensino de filosofia na criação de condições ao estabelecimento formal de uma primeira vertente reflexiva acercada da história da filosofia na França.

⁹Cf. GUÉROULT. 1988, p.719-721

¹⁰COUSIN, V. *Introduction à l'histoire de la philosophie* , p. 303, 1840 *apud* MARQUES, 2007, p.60

Nos jogos das recorrências e formulações retrospectivas que de certa forma irão estabilizar os limiares de formalização da historiografia filosófica francesa, a escola de Cousin figura unânime no lugar de precursora, ainda que necessariamente – ressalva crucial – associada a um diagnóstico de falta de certo “gênio filosófico” coextensivo ao método. Contudo, parece-nos que muito mais relevante do que a busca ilusória por uma suposta identidade (de autores, precursores, etc...) na origem desta inflação discursiva historiográfica na filosofia francesa do século XIX, é o exame de função das tensões e discórdias em torno da crescente preocupação com o *rigor* interpretativo na lida com os textos clássicos, o qual vai se consolidando progressivamente à medida que os alunos de Cousin se esforçam para, conforme sintetiza Guérout, “libertar-se da letra do sistema eclético para apreender-lhe a ideia” (GUÉROULT, 1979, p.738. tradução do autor). Bergson e Guérout, por exemplo, louvarão as reflexões historiográficas de Lachelier e Boutroux enquanto alicerces de uma rigorosa história da filosofia na França, na medida em que estariam aliadas a um autêntico e intensivo esforço filosófico quanto aos problemas e questões relativas à historicidade da filosofia . Os apontamentos de Bergson vão ao sentido de diagnosticar que:

a filosofia estava ordenada num sistema fechado no que toda questão era cuidadosamente posta e definitivamente resolvida. A tarefa do professor era a de apresentar as soluções oficiais sob uma forma clara, elegante, capaz de inculcar boas doutrinas nos espíritos. Lachelier veio ingenuamente dizer, a uma juventude formada segundo esses princípios, que ele *não sabia*, que ele *investigava*, que ele não chegava a satisfazer-se, e que ele incentivaria os que desejassem fazer como ele, a tomar como guia algum grande espírito: um Descartes, um Leibniz, um Kant, um Maine de Biran, e a esforçar-se pouco a pouco para perceber por eles próprios alguma nova profundidade ou alguma nova face do objeto estudado.(BERGSON, H. *Oeuvres*, 1985, p.201 apud MARQUES, U., 2007, p.55)

Segundo a perspectiva partilhada por Bergson e Guérout, o tom do ecletismo da escola de Cousin – qual seja, a clareza e a elegância em serviço da historiografia oficial – será positivamente desafinado por Lachelier e Boutroux, na medida em que testemunham

a instauração de outro regime de enunciação na historiografia filosófica francesa, no qual as condutas de leitura se veem ritmadas não mais pela ideia de conciliação de verdades parciais já dadas, mas pela reconstrução integral dos sistemas filosóficos canônicos e sua respectiva crítica interna, ou seja, “no sentido da direção deles a si próprios, ao invés das próprias ideias em direção a eles”¹¹. Procedimento que Guérout em sua *Histoire de l'histoire de la philosophie* cunhará de “fundação da história da filosofia objetiva”¹². Coadunado no mesmo movimento de (auto) crítica filosófica ao legado do método eclético instaurado pela escola de Cousin, Boutroux afirmará que “(...) a história da filosofia está certamente ligada à própria filosofia, de tal sorte que é impossível entregar-se aquela sem ao mesmo tempo fazer obra de filósofo” (BOUTROUX, 1902 apud MARQUES, 2007, p.63.)

Ainda segundo Guérout, a historiografia da filosofia a partir de Boutroux é marcada pela progressiva profissionalização e especialização da atividade, paralela à questão da determinação de metodologias que realcem a especificidade do discurso filosófico, de modo a salientar uma imbricação fundamental entre história da filosofia e filosofia a partir de outros parâmetros, decerto refratários a qualquer engajamento utilitarista ao estilo eclético, inclusive no que ele pudesse exprimir de certo ‘hegelianismo instrumentalizado’¹³, denominado criticamente de ‘método da marcha à ré’:

¹¹ DAURIAC, L. *Croyance et réalité*, Paris: Felix Alcan, 1889, p.126 apud MARQUES, 2007, p.55

¹² GUÉROULT. M. 1988, p.752

¹³ Os rumos da historiografia filosófica na França no tempo de Cousin são tradicionalmente vistos como levemente influenciados por Hegel, sendo as correspondências estabelecidas pelo primeiro, quando de sua estadia em Heidelberg, municionadoras de possíveis argumentos em favor de tal vinculação. Não obstante, é preciso reconhecer que uma influência e transmissão efetiva das *Lições sobre a História da Filosofia de Hegel* sobre o gênero historiográfico-filosófico francês não ocorreu. Dentre outras razões para tal, vale destacar que, no âmbito da formação da escola francesa de história da filosofia no século XIX, qualquer eventual incorporação do pensamento de Hegel foi sempre diminuída pelo valor dado ao cartesianismo. Como afirmava Cousin, “o princípio que é a alma de todos os nossos trabalhos, que constitui o caráter próprio e também o caráter nacional da nossa filosofia, liga-a a Descartes e a afasta de toda a filosofia estrangeira”. (citado por LACHELIER, J *Psychologie et métaphysique* Paris: PUF, 1949, p.3 apud MARQUES, 2007, p.69). Para uma revisão da história das relações entre a filosofia francesa e o pensamento hegeliano, remeto ao leitor minha dissertação de mestrado: RIBEIRO, G.A *Nas trincheiras do pós-guerra*:

Em cada sistema filosófico, trataremos de discernir, da parte que concerne ao passado e que convém relegar à sombra, a parte voltada para o futuro, que se trata de trazer à luz e de desenvolver (...). Nada garante que a história da filosofia, tratada segundo o método da marcha a ré, ou seja, segundo o princípio da finalidade, não será obrigada a recomençar completamente a sua obra com a chegada de uma nova geração (...). A história, longe de estar assegurada por um desenvolvimento regular e contínuo, é constantemente ameaçada por revoluções e perturbações. (BOUTROUX, E. 1902 apud MARQUES, U. 2007, p.63)

Ainda quanto às transformações do discurso historiográfico-filosófico na virada do século XIX ao XX na França, sua genealogia não pode ser dissociada, conforme assinala Ubirajara Marques, do nome de uma instituição: a École Normale Supérieure (E.N.S.). Vários nomes, que hoje pertencem, é verdade, mais à história do que à filosofia, tem seus vínculos cultivados na École Normale – Boutroux, aluno de Lachelier; Lachelier, de Ravaisson; Jouffroy, aluno de Cousin... O fato de estarem tais nomes – fundamentais na constituição de uma nova disciplina, de papel formativo estratégico – longe de um mero truísmo accidental, revelaria uma não identificação completa da instituição com as diretrizes governamentais referentes à instrução pública, e um grau de autonomia (embora não de independência, evidentemente) e proeminência na cena intelectual francesa do século XIX. Linhas de poder e resistência aí se entrelaçam de tal modo que um novo dispositivo de ensino – as conferências – se consolida em definitivo em fins de século XIX e substituem um envelhecido regime de cátedras no âmbito da École¹⁴. Coextensivamente às mudanças nas

filosofia francesa, subjetividade e história – uma aventura arqueogenealógica [1945-1968], PPGPS-UERJ, 2007.

¹⁴ A instituição do regime de conferências significou para muitos, como testemunha Coulanges em artigo comemorativo do centenário da École, “uma coisa completamente nova, singularmente liberal, quase ousada para a época” (In: *École Normale Supérieure: d’où ele vient – où ella va*. Paris: Hachette, s.d apud MARQUES, 2007, p.68). Eram redigidas por alunos do último ano, cabendo aos professores, na figura de “mestres de conferências”, elaborar cada conferência a partir das discussões efetuadas pelos estudantes; entre uma aula e outra circulava um pequeno artigo reproduzindo o que o

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França

superfícies institucionais que tomam forma na cena universitária francesa na virada de século, num período que se estenderá até meados de 1940, a historiografia da filosofia torna-se um gênero relativamente autônomo, com alguns nomes logo célebres saltando como franjas de seu limiar de positividade enquanto disciplina filosófica: Victor Delbos, Emile Bréhier, Henri Gouhier, Victor Goldschmidt, Pierre Aubenque, François Châtelet, Étienne Gilson, Martial Gueroult... Para citar alguns do que deixarão um legado significativo na publicação de obras a respeito da historiografia da filosofia e seu ensino, marcando decisivamente a formação de toda uma geração de filósofos durante as décadas de 40, 50 e 60 na França

15

A problematidade do gênero historiográfico na virada para o século XX: uma guinada filosófica

Até certo ponto imbricada ao espírito de aposta no progresso que se difunde no século XIX, não causa surpresa que a pergunta que move os pensadores dedicados à problematidade da história da filosofia em fins do século XIX se coloque no ritmo das filosofias da história: disporia a filosofia de uma lei de desenvolvimento em sua sucessão? Cumpre evidenciar, neste sentido, o expansionismo do discurso científico do ideário europeu na ocasião, o qual se confronta um discurso filosófico de afinidade espiritualista também enraizado na tradição francesa, criticado pelas tendências positivistas em ascensão. Conforme sintetiza Marques a respeito,

A ciência em marcha leva a um novo acanhamento da filosofia, de forma que, hostis e críticos a respeito do cousinismo, os filósofos, todavia, preservam a ideia do trabalho histórico-filosófico, emblemático

professor dissera, fornecendo subsídios para uma discussão posterior. As tramas de resistência coextensivas aos diagramas de poder coagulam insolitamente em determinados dispositivos, conforme sugere ainda Coulanges: “Sucederam-se os governos na França e os regulamentos de estudos na École; mas ocorreu que nenhum governo teve o pensamento de tocar no princípio da conferência e romper-lhe a tradição, vindo daí que nenhum governo conseguiu transformar a École. Foi a conferência que lhe deu vitalidade e força. Foi sobretudo ela que lhe assegurou essa continuidade de espírito crítico e de independência de espírito que lhe permitiu atravessar todos os regimes sem alteração” (ibidem).

¹⁵ DELEUZE, 1992, p.14

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França

da velha escola – o que, por certo, encarece a urgência de uma historiografia da filosofia, a um só tempo “filosófica” e “científica”. Filosófica, será distante do ecletismo, opondo-se à ciência; científica, repelirá a eloquência, mas à margem do positivismo. A meio caminho da metafísica e da ciência, de uma metafísica derrotada em sua pretensão de conhecimento, de uma ciência coberta de títulos (que faz da estrada real o caminho seguro), a filosofia é cá e lá contestada, restando-lhe o (duvidoso) consolo de ser seu próprio tribunal, instância a que apela sem garantia de a legitimidade do ato ser reconhecida ou considerada. Mas esse retorno é agora mais profundo e demorado: os vários sistemas em seus próprios tempos. (MARQUES,2007,p.105)

Nesse sentido, e tomando como interlocutora a minuciosa revisão retrospectiva realizada por Martial Gueroult em sua monumental *Histoire de l'histoire de la philosophie*, o pensamento que coloca em questão a problematicidade do estatuto filosófico da história da filosofia na virada do século XIX ao XX pode ser apreendido em uma coexistência heterogênea, com inúmeros pontos de dispersão e alguns caminhos cruzados entre tendências positivistas, historicistas, alguma metafísica espiritualista e psicologista, confrontadas todas por um discurso de matriz kantiana de justificação da ciência, em franca ascendência no circuito universitário francês nas primeiras três décadas do século XX (Lachelier, Boutroux e, notadamente, Léon Brunschvicg).

Caso se insista em aglutinar tais pontos de dispersão numa rubrica “escola francesa”, talvez a linha que os tangencia assente em um pressuposto geral: a aposta de que uma doutrina filosófica possui caráter intrinsecamente sistemático, ainda que a ideia de filosofia como síntese sistemática das doutrinas não vigore necessariamente entre os objetivos do historiador da filosofia¹⁶. Conforme uma fórmula de Boutroux, exemplar na caracterização desta perspectiva e seus imbrólios internos: “Os sistemas têm sua legitimidade, a sua grandeza e a sua utilidade: eles objetivam uma certa face do espírito, e por aí mesmo lhe conferem um relevo e uma consistência duráveis”

¹⁶ MARQUES, 2007, p.110

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França

(BOUTROUX, 1877, p.191 apud MARQUES, 2007, p.110). Conforme já apontamos, trata-se de uma visada à história da filosofia como uma contraface de certa “psicologia metafísica”, por assim dizer, dominante no cenário francês até o início do século passado.

Temos, portanto, o uma dupla face da problematicidade da história da filosofia, tal como ela se apresenta na França na virada do século XIX e início do século passado: de um lado, as circunvoluções de um gênero em ascensão que agregou uma série de reflexões acerca do método de interpretação dos textos filosóficos – isto é, uma historiografia em afinidade eletiva com a própria tarefa conceitual da filosofia – para além (ou aquém) das divergências entre os sistemas filosóficos, onde as dissensões entre eles tem seu peso diminuído por se entender que “a história da filosofia é a fiel depositária de criações que têm sua origem não somente no tempo, mas ainda em alguma das tendências constitutivas e permanentes do próprio espírito humano” (BOUTROUX, 1877, s/p apud MARQUES, 2007, p.112). Por outro lado, em contiguidade à disposição investigativa historiográfica, ou ainda, aos escrúpulos de “observação”, como se dirá no vocabulário da ocasião, há o crescente tensionamento da pretensão universalista subjacente até então instituída, ainda que em franco declínio: dissensão irreductível ou *philosophia perennis* no encontro do presente filosófico com seu passado?

Neste sentido, neste artigo pudemos constatar mais de perto os meandros pelo qual se constituiu o diagnóstico recorrente quanto a, de modo mais preeminente que outras tradições, a filosofia francesa foi muito marcada pela história da filosofia, notadamente aquela produzida nos meios acadêmicos e nas instituições universitárias. Com efeito, no início do século XX, enquanto a Grã-Bretanha, para ficarmos em um exemplo para efeitos comparativos, incursionava pela filosofia analítica, por vezes na esteira dos positivistas lógicos de Viena, na França produzir filosofia permaneceu em grande medida identificado com fazer história da filosofia, e isso marcou a atividade da filosofia francesa de forma significativa. Mas, se conforme esclarecemos anteriormente, tal aproximação à história da filosofia jamais foi dissociada da atividade filosófica voltada ao coração do que se revela, a cada vez, como atualidade, tal “fazer história da filosofia” também esteve longe de ser unívoco. São célebres as querelas entre as diferentes tendências francesas quanto aos procedimentos de leitura em história da filosofia e o lugar especial que a discussão sobre o

método ocupou nas primeiras décadas do século passado. Envolvido diretamente no campo em questão, e figura determinante em imprimir novos rumos ao processo de problematização filosófica da historiografia filosófica na primeira metade do século XX, Emile Bréhier defenderá um uso ativo da história da filosofia: “por paradoxal que pareça, o passado da filosofia só pode aderir à própria filosofia se ele é, por assim dizer, conhecido como presente, seja nos conceitos antigos atualmente utilizados, seja nos comentários que modernizam o sentido de um autor; conhecido como passado, ou seja, historicamente, ele afasta-se da filosofia e cessa de servir-lhe de apoio” (BRÉHIER, 1950, p.50).

Tomando a intervenção de Bréhier como um relato bastante significativo da questão por ora levantada, ousamos afirmar que é a percepção de uma espécie de rachadura temporal irreductível que se instala entre a disposição (majoritária) de reconstrução rigorosa dos sistemas filosóficos do passado e um vigor (minoritário) de atualização (“A história da filosofia não é uma paleontologia”, Leon Robin e Martial Gueroult reafirmarão, cada qual a seu modo, a advertência) alheio ao tempo das dicotomias entre ‘o velho e o novo’, um dos elementos que estabelecem no século XX o que Eric Alliez nomeará de “invasão da filosofia francesa pela história da filosofia (...) com sua guerra de trincheiras entre estruturalistas (Gueroult), humanistas (Gouhier) e existencialistas (Alquié), sua querela interminável do racionalismo” (ALLIEZ, 1995, p.32). Começa aí outro capítulo na história da historiografia filosófica francesa. Em que pese algumas discordâncias inconciliáveis de fundo, certas disposições comuns estarão presentes tanto nas considerações historiográfico-filosóficas de Bréhier, como nas de Guérout e Goldschmidt (este, ex-aluno de Bréhier), assim como em Gouhier e Alquié: a valorização da coerência *interna* das diversas filosofias, adjunta à preocupação em preservar a abordagem historiográfica de ser absorvida por um psicologismo ou um sociologismo na interpretação dos sistemas; e o apontamento de um tempo sincrônico de desenvolvimento dos sistemas, apreendido com relativa autonomia frente a um tempo histórico identificado ao diacrônico. Em outras palavras, cada uma das novas tendências afirmará a seu modo a *complicação* recíproca das dimensões do presente, do passado e do futuro enquanto elemento característico da atividade propriamente filosófica do historiador da

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França

filosofia e da imagem do tempo que determina a escansão dos sistemas filosóficos em seu devir histórico.

Referências bibliográficas

ALLIEZ, Eric *A assinatura do mundo* São Paulo: Editora 34, 1995

BERGSON, Henri *Oeuvres* Paris: P.U.F, 1959

BERNARD, Claude *Victor Cousin et la religion de la philosophie. - Avec une anthologie des discours à la Chambre des Pairs (avril-mai 1844)* Paris: PUM, 1990

BRÉHIER, Emile “L’histoire de la philosophie: sa nature et ses méthodes”. In: *Lições Inaugurais da Missão Universitária Francesa durante o ano de 1936*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Distrito Federal, 1937, p.11-16

BRÉHIER, Emile. *La philosophie et son passé*, Paris: PUF, 1950

BOUTROUX, Emile “Avant- propos du traducteur” in: ZELLER, E. *La philosophie des grecs considérée dans son développement historique* Paris: Hachette, 1877 p.191-197

BOUTROUX, Emile “De l’objet et de la méthode dans l’histoire de la philosophie” in: *1º Congrès International de Philosophie*. Paris: Armand Colin, 1902 s/p

BOUTROUX, Emile *Nouvelles études d’histoire de la philosophie* Paris: Felix Alcan, 1927

CHÂTELET, François *La philosophie des professeurs* Paris: Grasset, 1970

COUSIN, Victor *Oeuvres de M. Victor Cousin* Paris: Pagnerre, 1850 (Instruction Publique)

DELBOS, Victor *La philosophie pratique de Kant*. Paris: PUF, 1969

DELEUZE, Gilles *Conversações* . Tradução de Peter Pál Pélbart. São Paulo: Editora 34, 1992

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix *Mil Platôs vol.1 – capitalismo e esquizofrenia* Tradução de Aurélio Guerra. São Paulo: Editora 34, 1997

Sobre a historiografia filosófica no século XIX: sua instauração enquanto gênero discursivo na França
